

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JÉSSICA APARECIDA DE SOUZA

JULIANE CRISTINA OLIVEIRA ALVES

**“CAIXA DOS SONHOS” ACT – PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA:
ANÁLISE COM PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

CURITIBA

2019

JÉSSICA APARECIDA DE SOUZA
JULIANE CRISTINA OLIVEIRA ALVES

**“CAIXA DOS SONHOS” ACT - PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA:
ANÁLISE COM PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado como requisito parcial à obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia do curso de Pedagogia do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gabriela I. Reyes Ormeño

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

JÉSSICA APARECIDA DE SOUZA
JULIANE CRISTINA OLIVEIRA ALVES

“CAIXA DOS SONHOS” ACT - PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA: ANÁLISE COM PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para Conclusão do Curso de Licenciatura, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Gabriela I. Reyes Ormeno

Orientadora - Departamento de Teorias e Fundamentos Da Educação, UFPR.

Hellen Tsuruda Amaral

Doutoranda e Mestra em Educação pela UFPR.

Yohana Barros Alécio

Psicóloga e Mestranda em Educação, UFPR.

Curitiba, 05 de dezembro de 2019.

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.”

(PROVÉRPIO AFRICANO.)

RESUMO

Esse trabalho considerou a viabilidade do programa *ACT - Raising Safe Kids*, de prevenção a violência infantil, inicialmente com proposta direcionada aos pais, mas que agora ampliou-se para o ambiente escolar, no trabalho com professores. Com o objetivo de analisar quais ações e ferramentas foram aceitas pelos professores para a reestruturação de suas práticas através de uma das ferramentas propostas pelo programa, nomeada “Caixa dos Sonhos”, realizada na segunda sessão, que aborda o tema “A Violência na Vida das Crianças”, utilizou-se a metodologia de pesquisa-ação, em que as pesquisadoras estiveram na respectiva sessão e documentaram, a partir de registro cursivo, a fim de averiguar quais ações e ferramentas foram aceitas pelos professores para a reestruturação de suas práticas, dialogando com relatos do cotidiano. Contou com a participação de cinco professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil, em Curitiba. Os resultados apontam que os professores apresentam insuficiência de conhecimento sobre o tema do desenvolvimento infantil em relação com a violência na escola e suas definições; possuíam dúvidas sobre os tipos de ações e sobre quais práticas são mais adequadas e sobre a importância do trabalho conjunto da escola, família e especialistas, enfatizou-se a necessidade de uma rede de apoio efetiva e a importância de desenvolver a empatia para promoção de relacionamentos saudáveis. Como resultado, pode-se perceber que o tema violência necessita de maior elucidação por parte dos professores, além de reconhecer a importância de formação específica e como a efetividade do trabalho da rede de apoio é primordial para a proteção e desenvolvimento infantil.

Palavras-Chave: violência; *ACT*; desenvolvimento infantil; práticas pedagógicas; rede de apoio.

ABSTRACT

This work considered the feasibility of the *ACT - Raising Safe Kids* program to prevent child violence, initially with a proposal aimed at parents, but now it has expanded to the school environment, working with teachers. In order to analyze one of the tools proposed by the program, named “Box of Dreams”, held in the second session, which addresses the theme “Violence in the Life of Children”, we used the action research methodology, in which Researchers were in the respective session and documented, from the cursive record, in order to ascertain which actions and tools were accepted by the teachers to restructure their practices, dialoguing with daily reports. It was attended by five teachers from a Municipal pre-kindergarten and Elementary School in Curitiba. The results show that teachers have insufficient knowledge on the theme of child development in relation to school violence and its definitions; had doubts about the types of actions and which practices are most appropriate and about the importance of the joint work of the school, family and specialists, emphasized the need for an effective support network and the importance of developing empathy to promote healthy relationships. As a result, can be seen that the theme of violence needs further clarification by teachers, in addition to recognizing the importance of specific training and how the effectiveness of the support network's work is paramount for child protection and development.

Keywords: violence; *ACT*; child development; pedagogical practices; support network.

LISTA DE ABREVIACÕES

APA VPO – AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION VIOLENCE PREVENTION OFFICE (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA – ESCRITÓRIO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA)

CMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ILANUD – INSTITUTO LATINO-AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PRESERVAÇÃO DO DELITO

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

P1 – PROFESSORA 1

P2 – PROFESSORA 2

P3 – PROFESSORA 3

P4 – PROFESSORA 4

P5 – PROFESSORA 5

PRONASCI – PROGRAMA NACIONAL COM SEGURANÇA PÚBLICA

TALIS – TEACHING AND LEARNING INTERNATIONAL SURVEY

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVO	15
2.1. Geral:.....	15
2.2. Específicos:	15
3. MÉTODO	16
3.1. Participantes.....	16
3.2. Local	16
3.3. Instrumento.....	16
3.4. Procedimento.....	16
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

A primeira infância, período que abrange os primeiros seis anos completos da vida da criança, demanda cuidados que envolvem a saúde, proteção, segurança, cuidadores responsivos, aprendizagem e estimulação, promovendo o vínculo da família e o fortalecimento das relações, de acordo com a Lei nº13.257/2016 da Constituição Federal. Entretanto, garantir uma infância segura não é uma realidade para o nosso contexto atual. A Organização Mundial da Saúde (2018) afirma que, de um bilhão de crianças e adolescentes (entre 2 e 17 anos), uma a cada duas crianças sofreram no último ano algum tipo de violência: física, emocional ou sexual. Elas não estão suscetíveis a violência somente em seu âmbito familiar, mas também em instituições religiosas e na comunidade escolar, sendo um dos principais âmbitos de formação social da criança, considerada uma das redes de proteção da infância (OMS, 2018).

A obrigatoriedade escolar, instituída pela Lei nº12.796, de 2013, que oficializa a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, exige que os pais matriculem as crianças na escola desde os quatro anos, sendo que algumas delas podem ingressar anteriormente a essa idade. A formação escolar não preocupa-se somente com o desenvolvimento social e cognitivo, mas também com a área emocional, motora e psicológica, constituindo cada indivíduo de maneira única, uma vez que cada sujeito possui suas experiências e fatores diversificados que compõem a sua formação.

A respeito da Educação Infantil, etapa escolar que corresponde ao ensino de 0 aos 6 anos, consta na LDB em seu artigo 29, que a mesma busca o desenvolvimento completo da criança, através dos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, somando a prática da família e da comunidade.

Podemos compreender que o ser humano possui interações complexas (DESSEN & COSTA JUNIOR et al. 2008), por ter mais de uma área de desenvolvimento e por essa multiplicidade ser o resultado da interação entre características biológicas e das experiências do seu desenvolvimento. Salienta-se a necessidade de preservar-se e atentar-se, enquanto comunidade escolar, aos tipos de experiências pelas quais as crianças passam, vivenciam e, assim, constituir-se parte de uma rede protetiva contra situações de risco e vulnerabilidade e promover, por meio de situações, experiências positivas, agradáveis, estimuladoras e educativas.

Logo, considera-se a função socializadora da escola, um lugar onde as crianças estabelecem relações, interagem com seus pares, vivenciam regras, rotinas e apropriam-se do

conceito de coletividade. Nesse contexto, os indivíduos constroem suas percepções sobre si, sobre o outro e obtêm noções de respeito, aprendendo a compartilhar os brinquedos, lanches e os momentos do brincar no dia-a-dia.

A escola também é um ambiente de frustrações e embates que podem gerar conflitos, sendo fundamentais para a formação, tanto individual, quanto coletiva. Não sendo apenas um lugar de instrução, mas também de socialização e de posicionamento, respeitando os comportamentos aceitos para o convívio, muitas vezes através da intervenção do professor. Deste modo, a escola é caracterizada como um ambiente favorável para reflexões que envolvem pais, crianças, professores, e toda comunidade (COSTA, 2013). Entretanto, podemos perceber que conflitos não são sinônimos de violência, mas podem ser um agravante, o que pode justificar a necessidade de elucidar a temática da violência com professores e crianças, que muitas vezes não possuem repertório suficiente para lidar com essas situações.

De acordo com o artigo 5º do ECA (1990):

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Nesse aspecto, aplica-se a função dos docentes ao prestar auxílio para as crianças nas questões inerentes à instituição que, por sua vez, torna-se fundamental para formação, consciência e comprometimento dos alunos. Nos últimos anos, situações de violência de alunos contra professores tem aumentado e isso pode estar ocorrendo devido aos fatores de risco cujas crianças estão expostas. O estudo de TALIS (2013) realizou uma pesquisa divulgada pela OCDE (2013), em que apontou o Brasil como o país com o maior número de casos de violência contra professores, gerando assim, alguns questionamentos, no que se refere aos professores e suas práticas em sala de aula.

Concorda-se com Priotto (2008) em seu estudo qualitativo sobre “Violência Escolar: Políticas Públicas e Práticas Educativas” que, ao discorrer sobre as práticas escolares, demonstrou que as escolas não possuem bases ou diretrizes para sua atuação em situações de violência. A autora também afirma que é necessário clareamento dos propósitos definidores da intencionalidade de saber resolver os problemas de hoje e de amanhã com políticas públicas eficazes. Tal clareamento refere-se às políticas públicas, que são fundamentais para direcionar a prática assertiva quando essa é inexistente. No mesmo estudo definem-se políticas públicas como:

“(…) uma intervenção do Estado na realidade social, com instrumentos públicos ou determinações administrativas, no sentido de atender necessidades sociais (direitos),

interesses de grupos, individuais ou próprios, e/ou gerenciar conflitos, entendendo que é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.” (PRIOTTO, 2008.)

Em conformidade com o ECA art.4, é também função da escola zelar pelo cuidado da criança e do adolescente. Reconhece-se assim, a escola como um ambiente que promove a segurança e não a violência. A OMS (2002, p.5) define a violência como:

"(...) uso intencional de força física ou poder, em forma de ameaça ou praticada, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulta ou tem uma grande possibilidade de ocasionar ferimentos, morte, consequências psicológicas negativas, mau desenvolvimento ou privação." (OMS, 2002, p.5).

Tanto crianças como adultos estão sujeitos a passar por situações de violência em algum momento de suas vidas. Contudo, é preciso ressaltar que o período da infância é considerado o mais crítico. Uma das razões é porque, como indica *Torquato et AL* (2011), durante o período da infância o cérebro possui maior plasticidade e, por estar em formação, estrutura-se a partir das interações e relações com o ambiente. A violência, nesse período, gera consequências significativas, capazes de impactar a estruturação cerebral do indivíduo, refletindo em longo prazo no desenvolvimento físico, emocional, social e comportamental dos mesmos. Ao compreender a importância da escola para o desenvolvimento infantil, é possível concebê-la como um dos órgãos da rede de proteção, definido por Motti e Santos (2014) como uma forma de trabalho conjunto, que aponta a necessidade de ações coletivas, compartilhadas, em formato de uma “teia social”, com múltiplos fios e conexões. Sendo essencialmente uma articulação política, uma aliança formada entre atores sociais e instituições, que têm responsabilidades igualitárias nas tomadas das decisões e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes.

Compreende-se seu papel e enfatiza-se a necessidade da escola estar devidamente preparada para contribuir da melhor maneira para formação e desenvolvimento dos alunos. Assim, é necessário investir na capacitação de professores sobre prevenção e intervenção da violência dentro do ambiente escolar, estabelecendo parâmetros e qualificando os profissionais dessa área, visando diminuir as experiências negativas nesse ambiente, de modo que reafirmem a rede de apoio (ORMEÑO, 2004) e o seu papel na vida de crianças e jovens.

Considera-se como de destaque o trabalho de Tricoli (2002), que avalia o estresse dos professores como resultado de uma postura agressiva em sala de aula. A autora constata

que professores com posturas agressivas, inspiram comportamentos similares em seus alunos. Após um tempo de convívio, os alunos reproduzem tal agressividade em atitudes semelhantes à de seus professores ou demonstram comportamentos introvertidos por medo da punição.

Agora, deparando-se com a realidade escolar, ambiente com vários indivíduos complexos no início do processo que é a vida, onde o objetivo é uma formação integral, de acordo com o artigo 29 da LDB de 1996, concorda-se que seja desafiador para os educadores, que também são seres complexos, agirem de forma adequada e assertiva com todos os alunos em todos os momentos. Até porque, a formação da maioria desses profissionais, nem sempre contempla tudo o que o educador deveria saber para a prática. Royer afirma que:

“(...) o que constatamos é que vários profissionais escolares, em especial, os professores, não receberam uma formação adequada para evitar e controlar os comportamentos agressivos e problemáticos dos jovens.” (ROYER, 2003, p.65).

Nesta pesquisa desenvolvida pelo autor, com a durabilidade de três meses, surgiu a partir da demanda de um recurso alternativo às suspensões em uma instituição escolar. Ele considerou que naquele local predominavam ações punitivas (incluindo as suspensões), consideradas meramente reativas às ações dos alunos, do que ações práticas educativas e preventivas. O programa baseava-se em um treinamento sistemático, em pequenos grupos com alunos com problemas de comportamento, trazendo habilidades básicas necessárias para competência social dos indivíduos. Os resultados mostraram grande diminuição sobre os índices de suspensão naquela instituição. Porém, em sua conclusão, Royer indicou que, em sua grande maioria, professores mostraram-se inábeis em uma situação de comportamentos problemáticos, recorrendo a uma atitude de punição, "parecendo não saber como intervir de forma adequada" (ROYER, 2003, p. 60).

Em 2004, Ormeño desenvolveu uma pesquisa de intervenção com três crianças em idade pré-escolar com comportamentos agressivos. Realizou sessões com seus respectivos professores e com suas mães afirmando que, dessa maneira, sua rede proteção seria ampliada. Os resultados indicaram melhorias no comportamento dos alunos, na efetividade dos relacionamentos com as mães e diminuição no comportamento agressivo dos mesmos. Na finalização do estudo, foi reconhecida a necessidade de programas de intervenções que estivessem mais focados na relação professor-aluno, não se limitando na relação criança-família.

Assim, o tema da violência escolar tem despertado interesse e ganhado visibilidade, principalmente para os educadores que, por muitas vezes, não possuem conhecimento prático sobre o que fazer em situações aversivas no cotidiano escolar. Royer (2003) sustenta essa

afirmação, constatando as inúmeras solicitações de formação para os profissionais a respeito da violência.

Dentre algumas alternativas que prestam auxílio nos embates contra a violência, encontram-se subsídios nos programas/projetos de prevenção e intervenção à violência, promovidos tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil. Cada projeto possui sua própria estrutura, principalmente a respeito do público-alvo, contexto social, organização e método, diferenciando-se entre eles e possuindo resultados variados.

Em 2014, o Ministério da Justiça, no âmbito das ações do PRONASCI, juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com a participação do Instituto Sou da Paz e do escritório brasileiro do ILANUD, elaborou um documento chamado “Diretrizes para Projetos de Prevenção à Violência entre Jovens” (2014), com objetivo de auxiliar gestores públicos, da iniciativa privada e do terceiro setor a desenvolverem iniciativas qualificadas e eficazes para prevenir os diversos tipos de violências existentes entre jovens. Nesse documento, são apresentadas análises de diversos programas de intervenção que ocorrem por todo território brasileiro e considerações necessárias para a aplicação de cada um deles.

Em âmbito mundial, existem outros projetos considerados relevantes para a prevenção da violência contra a criança. Camargo (2015) apresentou e caracterizou seis programas de intervenção conhecidos: *O Nurse Family Partnership*, *The Incredible Years*, *Triple P (Positive Parenting Program)*, *Resolving Conflict Creatively Program*, *Second Step: A Violence Prevention Curriculum* e o *Programa ACT- Raising Safe Kids*. Ao considerar a viabilidade de tais programas, constatou-se que o Programa *ACT- Raising Safe Kids* dispõe de maiores benefícios para implementação. Isso porque, o *ACT* é o único que atende a dois critérios específicos: é considerado o programa de prevenção economicamente mais acessível; e o que engloba maiores categorias, sendo evidenciado por tratar diretamente com a prevenção da violência (ALTAFIM, 2017).

O programa de prevenção *ACT* foi elaborado e coordenado pelo APA VPO e desenvolvido a partir de pesquisas que abordam o impacto da violência e maus-tratos em crianças de 0 à 8 anos de idade, considerando essa etapa da vida como importante, uma vez que as pesquisas indicaram que crianças que vivenciam ou experimentam situações consideradas aversivas nesta etapa, possuem maior probabilidade de desenvolver algum comprometimento cognitivo, emocional e comportamental. O programa foi criado em 2001 com maior enfoque nos pais e cuidadores, sendo submetido à reformulação e revisão de seus materiais em 2006. O Programa de prevenção *ACT* foi desenvolvido com uma proposta

intervencionista de mediação relacional, principalmente entre pais com os seus filhos, mas também considera a importância dos cuidadores em geral, como protetores e professores.

Este programa instrui acerca do desenvolvimento infantil, sobre como agir em situações específicas, possibilidades de atuação e postura de maneira assertiva que preserve a criança, de forma preventiva. A esse respeito, foi considerada a relevância da escola na atuação de prevenção da violência, visto que ela é um dos principais ambientes de formação infantil e, por isso, necessita de meios e instruções adequadas para proteger e auxiliar o crescimento da criança de maneira efetiva. Uma das situações mais desafiadoras para os educadores, que vem aumentando com o passar dos anos, é o mau comportamento dos alunos e situações com ocorrência de agressividade entre pares e com professores (WILLIAMS e MAIA, 2005).

O programa de prevenção *ACT* é realizado com um grupo de cuidadores, em oito sessões corridas, além de uma sessão prévia para que possa ser explicado e contextualizado para os participantes, a fim de que todos tenham compreensão sobre o funcionamento do programa. O mesmo conta com um aplicador, materiais disponíveis pelo próprio *ACT*, tarefas de casa e rodas de conversa para que todos os participantes possam inteirar-se das temáticas propostas. Em relação aos materiais utilizados, há o Manual do Facilitador, com especificações e orientações sobre o encaminhar de cada sessão, com os materiais e atividades propostas já dispostos para utilização, bem como tarefas de casa. No Caderno de Pais, há atividades e folhetos com informações. O método do programa é baseado no Impacto do Método de Treinamento sobre o Aprendizado e a Retenção, utilizando de atividades de simulação, dramatização, estudos de casos, debates em pequenos grupos, demonstrações, vídeos e informações fornecidas pelo aplicador.

Uma das atividades propostas pelo Manual do Facilitador é a “caixa dos sonhos”. Essa caixa é individual por participante. Nela são colocados os aprendizados e reflexões de cada sessão, seguindo orientação do aplicador para que, ao final do programa, a “caixa dos sonhos” contenha os principais aprendizados, objetivos, reflexões e “sonhos” sobre que tipo de cuidadores os participantes querem e pretendem ser. Na presente pesquisa, o grupo de cuidadores são os professores.

Assim, considera-se a viabilidade do programa de prevenção *ACT - Raising Safe Kids*, antes desenvolvido nos trabalhos com pais (CAMARGO, 2015 e MÁRQUEZ, 2017) para abranger a prevenção da violência infantil, podendo ser utilizado como fonte de análise e pesquisa para professores no ambiente escolar, com maior especificidade na sessão dois,

nomeada “A Violência na Vida das Crianças”, juntamente com a atividade “Caixa dos Sonhos”.

A sessão dois do programa trata especificamente sobre a violência, trazendo sua definição, explicando como as crianças podem ser e estar expostas a ela (seja como vítimas, testemunhas ou agressoras); as formas de violência (abuso físico, abuso verbal, emocional ou psicológico, abuso sexual e a negligência); aprendizagem por meio de imitação e exemplos; e suas consequências (físicas, psicológicas e para o desenvolvimento) a curto e longo prazo. Possui como objetivo principal averiguar quais ações e ferramentas são consideradas efetivas pelos professores para a reestruturação de suas práticas, tendo em vista a garantia de uma rede de proteção direcionada ao campo educacional, bem como uma nova percepção de suas ações em sala de aula. Assim, as pesquisadoras acompanharam a sessão para melhor compreender os relatos sobre as práticas dos profissionais da rede de ensino.

2. OBJETIVO

2.1. Geral:

- Analisar quais ações e ferramentas foram aceitas pelos professores para a reestruturação de suas práticas, por meio da atividade “Caixa dos Sonhos”, na sessão dois.

2.2. Específicos:

- Relatar as falas e participações durante a sessão, relacionados à prática dos professores;
- Perceber as concepções dos professores sobre o tema “a violência na vida das crianças”.

3. MÉTODO

Este trabalho foi desenvolvido adotando como metodologia a pesquisa-ação, (SEVERINO, 2007), buscando construir uma teoria em conjunto com a prática.

3.1. Participantes

Participaram dessa pesquisa um total de cinco professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil, com idades entre 38 e 56 anos. Três possuem pós-graduação e duas possuem unicamente diploma universitário em Pedagogia. Tais informações foram autorizadas pelas participantes no dia da sessão prévia. Na sessão dois, analisada pelas pesquisadoras, havia cinco professoras presentes.

3.2. Local

O programa foi desenvolvido em um Centro Municipal de Educação Infantil, localizado em Curitiba.

3.3. Instrumento

Atividade/Ferramenta- Caixa dos Sonhos, prevista pelo programa *ACT*. A mesma é encontrada no Manual Do Facilitador do *ACT*, na sessão dois. Trata-se de uma caixa que contém os “sonhos”, objetivos do professor (antes realizado com pais) em relação às crianças.

3.4. Procedimento

Esta proposta é um recorte que faz parte de um amplo projeto desenvolvido pela Dra. Gabriela Isabel Reyes Ormeño, devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da UFPR (número CAAE 17078619.6.0000.0102).

Para realização deste trabalho, as pesquisadoras estiveram presentes na segunda sessão do programa, com o tema principal “A Violência na Vida das Crianças”.

Durante o encontro, foi realizado um Registro Cursivo (FAGUNDES, 2015, p.45), com os discursos e falas das professoras sobre situações, vivências em sala de aula e percepções que elas compartilharam durante a sessão, relacionadas ao tema. Ao final da sessão, a aplicadora entregou as caixinhas e pedaços de papéis para que as participantes

pudessem pontuar seus aprendizados e realizou o seguinte questionamento: "Quais foram as duas coisas/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para prevenção da violência?".

Após o registro, as participantes colocaram os papéis nas caixinhas e entregaram as mesmas para a aplicadora.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Utilizando-se da pesquisa qualitativa, método de investigação com caráter subjetivo (GODOY, p. 20-29, 1995) foram analisadas as respostas das participantes sobre a “Caixa dos Sonhos” e todas as falas das professoras referentes à violência.

Professoras participantes	Quais são as coisas/ferramentas que você aprendeu que serão úteis para prevenção da violência?
P1	<ul style="list-style-type: none"> • Parar, respirar para tomar uma atitude. • Família (conversa).
P2	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer um trabalho com a mãe, juntamente com profissionais como psicólogo e levar a questão do abandono. • Dar mais atenção.
P3	<ul style="list-style-type: none"> • Dar mais atenção aos comportamentos que as crianças apresentam no dia a dia, como choro e mordida. • Reforçar os comportamentos bons da criança, como guardar o brinquedo e se alimentar bem.
P4	<ul style="list-style-type: none"> • Através do olhar do professor em relatar o ocorrido e a seriedade dos demais responsáveis em solucionar o problema dessa criança. • Parar a negligência e entrar a solução.
P5	<ul style="list-style-type: none"> • Atenção, ouvindo a criança para tentar ajudar de alguma forma. • Fazer momentos alegres para amenizar os rumos que tem.

Em relação à sessão analisada, todas as professoras mostraram-se participativas, respeitando o momento de fala da aplicadora, bem como compartilhando experiências, vivências do cotidiano e conceitos.

Com base nas respostas da “caixa dos sonhos”, as respostas que apareceram foram: “Família (conversa)”; “Fazer um trabalho com a mãe, juntamente com profissionais como psicólogo e levar a questão do abandono”; “Através do olhar do professor em relatar o ocorrido e a seriedade dos demais responsáveis em solucionar o problema dessa criança”. Analisou-se que, três das cinco participantes presentes consideraram a relevância da participação da família em conjunto com a escola e com outros profissionais da rede de apoio

para auxiliar a criança em questões sobre violência, entre outras, em concordância com Motti e Santos (2014), aqui previsto anteriormente.

Pressupõe-se que a rede escolar agrega uma ampla equipe de profissionais, como professores, pedagogos e diretores. Consideramos como especialistas profissionais que podem fazer parte da vida da criança, como assistentes sociais, psicopedagogos, psicólogos, neurologistas, terapeutas ocupacionais, entre outros. O grupo familiar e os responsáveis pelas crianças não são necessariamente constituídos pelo padrão tradicional com pai, mãe e filhos, pois cada constituição familiar possui sua realidade. Essas possuem variáveis contextuais, como fator cultural, socioeconômico e religioso, que influenciam na educação e desenvolvimento da criança, por meio das experiências que a elas são propiciadas pelo ambiente (TORQUATO et al, 2011).

Assim, concorda-se com a importância expressada pelas professoras sobre o trabalho de rede entre os grupos de responsáveis, escola e especialistas, pois, ao pensarmos em questões sobre o desenvolvimento infantil, para que haja resultados, é imprescindível que todos os grupos estejam cientes e se posicionem de forma unificada para reforçar a medida e postura adotada. Se os grupos tiverem encaminhamentos divergentes, a garantia de eficácia diminui, podendo não gerar o resultado esperado. Por isso, para desenvolver trabalhos efetivos com as crianças, sobre suas dificuldades e especificidades, é necessário um trabalho com diálogo e partilha entre os grupos que fazem parte da rede.

Os autores Njaine, Assis, Gomes e Minayo (2008), em um estudo sobre o trabalho da rede de proteção em Curitiba, afirmam que o trabalho integrado e intersetorial se dão a partir do entendimento de constante construção, não exigindo grandes investimentos nem criação de novos programas, mas sim de uma mudança no olhar e mais atenção dos profissionais e familiares, com o objetivo de prevenir, orientar e diagnosticar, para prestar assistência e principalmente integrar os programas já existentes nas vivências escolares, necessitando então de profissionais comprometidos e sensibilizados com a prevenção à violência.

Pode-se considerar então, que essa “constante construção”, afirmada pelos autores anteriores, como mudança de olhar e não necessidade de novos serviços e programas, mas sim integração, sensibilidade e comprometimento de quem já faz parte da rede, convergem com as afirmações feitas pelas professoras participantes da pesquisa, sobre ser uma necessidade e um trabalho a ser intensificado, a fim de promover um resultado positivo e realizar um trabalho eficiente no cotidiano escolar.

Ao entrar na temática específica sobre violência e sua definição, todas as professoras participantes concordaram sobre o ambiente familiar promover a violência. Porém, quando questionado sobre a escola ser um ambiente com violência, houve divergências. Nesse momento, a aplicadora precisou explicar que, ao falar sobre um ambiente de violência, a criança não é, necessariamente, vítima em todos os momentos, mas pode atuar até mesmo como agressora. A P2 afirmou: “Eu acho que não”. Então, quando a P5 disse que acreditava que havia violência por parte dos alunos, a P2 indagou: “Só com os maiores, né? Não sei se a questão seria violência. Eles estão brincando, um “pega” o brinquedo e acaba batendo. Ele vai se defender porque o brinquedo é dele, não acho que seja violência.”. A P5 afirmou que “sempre tem as crianças maiores que acabaram de entrar na escola e se aproveitam das menores”, referindo-se sobre uma relação de poder daqueles aqueles que já fazem parte do convívio escolar sobre aqueles que estão ingressando no mesmo.

As autoras Pietro e Jaeger (2008) afirmam que alguns movimentos agressivos cometidos por bebês, podem estar relacionados ao processo de diferenciação sobre o que é e o que não é do bebê. Para exemplificar, podemos pensar em um brinquedo que está sendo compartilhado na educação infantil. Quando um brinquedo é tomado para si por outro bebê, este pode reivindicar, ou seja, recuperar o brinquedo. No caso, atos para consciência e reivindicações, ou seja, maneiras de se expressar estão presentes nessa fase do desenvolvimento. Relacionando com as falas das professoras participantes, percebe-se que mesmo que sejam ações de compreensão que fazem parte do desenvolvimento da criança, esses "movimentos" ainda são considerados como violência por algumas linhas de pesquisa, como na definição de violência do trabalho intitulado Cartilha Escola que Protege (2008), principalmente ao pensar naquele que recebeu esse “movimento de reivindicação” e por outras linhas é tido somente como agressividade, sem vínculo direto com a violência, como para Pietro e Jaeger, (2008).

Foi relatado durante a sessão, pela P2, sobre uma situação de mordida, onde ao comunicar uma das famílias do CMEI a respeito da situação e pedir que conversassem em casa com a criança, o familiar se posicionou negativamente e disse que iria ensiná-la a se defender da mordida, “nem que fosse na mordida também”. Aqui, percebemos o comportamento da criança como uma reprodução comportamental, uma conduta construída através da referência familiar (PEDROSA, 1994, p. 1-11).

O relato do posicionamento desse familiar exemplifica uma educação que trata situações de violência com violência. Demonstrou preocupar-se com a autopreservação, integridade física da criança, educando de maneira reativa, ou seja, ação e reação. Essa é uma

maneira de educar objetiva, mas para o desenvolvimento de um indivíduo emocional e psicologicamente saudável, é importante focar no trabalho constante, ainda que haja repetição de falas assertivas, a fim de promover ações e reflexões pensando em desenvolver habilidades sociais.

O trabalho realizado por Pavarino, Del Prette e Del Prette (2005), sobre a “Empatia como Prevenção da Agressividade na Infância”, mostra uma postura oposta ao relato compartilhado sobre a mordida. Os autores atestam a relevância da empatia como um fator de relações saudáveis e de ajustamento psicossocial, considerando que sua ausência atua como um dos fatores de risco para comportamentos antissociais e agressivos. Ainda pode-se relacionar com o exemplo desse relato, em que os autores afirmam que, se há falta do desenvolvimento da empatia no ambiente familiar, a escola acaba por ser o desenvolvedor primário dessa habilidade.

Percebeu-se, a partir dos relatos sobre a temática da violência, que as profissionais atuantes desse CMEI (localizado em uma região frequentada por famílias em situação de fragilidade social e econômica), não possuíam clareza sobre a relação do desenvolvimento infantil com a violência e as concepções que a integram, como a definição e quais os tipos de violência, ou no entendimento de como as crianças podem estar expostas a agressões tal como ter uma postura agressiva. Pressupõe-se que isso resultava em dificuldade de mediação adequada com os responsáveis em situações de violência entre as crianças com seus pares. Ausência de conhecimento que pode estar relacionada à ausência de formação sobre o tema, como apontado anteriormente a partir de Royer (2003) e evidenciando um problema social (MINAYO, 2007).

A “Cartilha Escola que Protege” (2009, p.95), define como atitudes de violência escolar qualquer atitude agressivo físico que machuquem as pessoas, como tapas, empurrões, chutes, socos, beliscões, atirar objetos e outros; Ações que têm como provável consequência danos psicológicos ou emocionais a outros, como ameaçar a fim de provocar medo, degradar verbalmente as crenças e atitudes de uma pessoa, inferiorizar os esforços da pessoa; Atitudes contra a sexualidade do indivíduo com ou sem consentimento; Ações contra o patrimônio, como quebrar materiais de instituições ou pessoas e roubar.

Ao longo da sessão, por meio dos relatos das educadoras participantes, percebe-se que as suas pequenas atitudes no dia a dia refletem nas crianças, de maneira positiva ou negativa. Ao conversar umas com as outras e todas com a aplicadora, muitas indagações sobre como agir em situações aversivas mostraram-se presentes, bem como a necessidade de aumentar o repertório de práticas positivas e responsivas por parte das professoras da rede

municipal de educação. Necessidade que poderia ser suprida com formação adequada aos docentes, educadores e especialistas que integram a rede de proteção.

Analisaram-se também as respostas da “caixa dos sonhos”: “Parar, respirar para tomar uma atitude”, “Dar mais atenção”, “Dar mais atenção aos comportamentos que as crianças apresentam no dia a dia, como choro e mordida e reforçar os comportamentos bons da criança, como guardar o brinquedo e se alimentar bem”, “Parar a negligência e entrar a solução”, “Atenção, ouvindo a criança para tentar ajudar de alguma forma e fazer momentos alegres para amenizar os rumos que tem”. O que converge em relação a elas, é a razão dessas serem referentes às práticas, ações sobre o que fazer e como atuar assertivamente.

É possível buscar e encontrar subsídios práticos em outros materiais, tendo por finalidade ampliar o repertório da prática assertiva docente. O trabalho “Cartilha Escola que Protege” (WILLIAMS, PADOVANI, ARAÚJO, PEREIRA, ORMEÑO, EISENTEIN, 2009) intitulado como “Fortalecendo a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente”, apresenta o estilo *parental* apropriado, porém, considera-se positivo aderir a várias ponderações para o ambiente educacional, entre elas:

“(…) promover um ambiente seguro para as crianças sobre quais comportamentos são aceitos em determinado ambiente e quais não; limites apropriados para a etapa de desenvolvimento da criança; intensa interação verbal e expressões de afeto frequentes; baixa frequência a críticas e alto reforçamento positivo; cumprimento do que foi acordado; validação de esforços de melhora da criança; ouvir o que a criança tem a dizer; exercitar a empatia; ensinar sobre resistência à frustração; estimular independência (autonomia); encorajar; esfriar a cabeça antes de conversar quando ela fizer algo muito inapropriado (...)” (p.80).

De mesmo modo, o programa *The Incredible Years (2013)*, desenvolveu uma pirâmide comportamental, para redução de comportamentos aversivos. Alguns dos principais apontamentos são: empatia, atenção, brincar, solucionar problemas, ouvir, conversar, celebrar conquistas, elogiar, encorajar, clareza de limites, regras diárias, acompanhamento consistente. E, ao que se refere aos comportamentos aversivos propriamente ditos, é necessário discernir momentos adequados para abstrair, redirecionar e aplicar as consequências.

Ambos possuem considerações semelhantes, e trazem algumas orientações práticas como: a importância da escuta, clareza de regras e combinados de comportamentos aceitos, reforços positivos, elogios, e momentos de lazer, como brincar. Ações simples, mas que sendo aplicadas diariamente, promovem um ambiente seguro e crianças positivamente desenvolvidas na área emocional, social, física e mental. Ou seja, colocar em prática o que está previsto pela LDB, art. 29 sobre o desenvolvimento integral da criança é função da escola, juntamente e seus profissionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado, percebe-se que violência apresenta-se como um problema social que afeta a comunidade escolar e que não mostra-se de maneira explícita a todos, visto que as professoras participantes demonstraram não possuir conhecimento esclarecido sobre o conceito de violência considerando suas dúvidas e relatos durante a sessão. Tal assunto precisa de cada vez mais elucidação e compreensão, enfatizando a necessidade de formação específica para os profissionais, para que possibilite a identificação de ocorrências e situações de violência, mesmo que sejam consideradas práticas defensivas em crianças, adolescentes e jovens. Assim, é possível intervir de maneira adequada e assertiva, tanto na mediação com pais, responsáveis e especialistas, quanto com a própria criança, sendo ela agressora ou vítima, resultando em práticas pensadas de maneira não punitivas, que acolham as crianças e as ensine uma efetiva comunicação e habilidades empáticas entre elas.

As professoras participantes da pesquisa apontaram a relevância de algumas práticas ensinadas pelo programa de intervenção *ACT* que são pertinentes para melhoria de sua atuação, a partir da sessão sobre A Violência na Vida das Crianças por mediante a “Caixa dos Sonhos”.

Isso possibilita uma reflexão sobre as políticas públicas. O Estado se responsabiliza por diversas áreas, cria órgãos como o conselho tutelar, o sistema de rede de proteção das escolas e demais instituições para cumprir o que está previsto por lei e direitos, mas quando as leis e direitos são instituídos e não efetuados por profissionais devidamente capacitados, percebemos uma grande dicotomia entre o ideal e a realidade, dialogando com o estudo realizado por Njaine, Assis, Gomes e Minayo (2008), citado anteriormente.

Evidenciou-se, então, a importância do trabalho conjunto da escola, responsáveis, especialistas e estado no trabalho de proteção e desenvolvimento da criança. Para que ao fortalecer a rede de proteção nas áreas que a criança participa, haja mais fatores de proteção do que fatores de riscos em suas vivências.

Uma das limitações deste estudo é não contemplar a totalidade de vivências escolares em todo o país e a realidade de diferentes escolas e professores. As pesquisadoras consideram a necessidade de novas pesquisas e análises da efetividade dessas e outras ferramentas consideradas relevantes para o cotidiano escolar, a fim de aperfeiçoar a prática docente, e promover uma educação de qualidade integral à criança, com o maior número de profissionais devidamente capacitados na área educacional.

REFERÊNCIAS

ACT - RAISING SAFE KIDS - Disponível em: <https://www.apa.org/act/>. Acesso: em 22 de abril de 2019.

ALTAFIM, E. R. P. (2017). **Avaliação da Eficácia de um Programa de Intervenção Preventiva em Práticas Educativas Parentais**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP.

APA - American Psychological Association - Disponível em: <https://www.apa.org/>. Acesso em 31 de julho de 2019.

APRENDER A APRENDER. **Contribuições da Teoria Social Cognitiva para a Prática Pedagógica**. Coordenação e Organização: Kátia Regina Xavier Pereira da Silva (Org). Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisas em Ensino, Aprendizagem, Interdisciplinaridade e Inovação em Educação (GPEAIINEDU). 2016. 50 p.

BRASIL. Emenda constitucional nº59/2009. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. (1990.)

CAMARGO, A. P. L. **Verificação da viabilidade do Programa ACT de Prevenção à Violência em Comunidade Carcerária feminina do Estado do Paraná**. Dissertação em formato de Capítulos (Mestrado) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. (2016).

COSTA, M.C.O. **Violência e vitimização na infância e adolescência – a inclusão da escola no reconhecimento e prevenção**. Feira de Santana: Editora UEFS. (2003).

DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA JUNIOR, Áderson Luiz; (orgs.) **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2008.

FAGUNDES, A. J. F. M. **Descrição, definição e registro de comportamento**. 17ª ed. rev. e amp. Inclui catálogo com 155 definições comportamentais - São Paulo: EDICON (2015).

GODOY, A.S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Rev. adm., empres., São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, jun/1995.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases**. Art 29 . 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein>>

MÁRQUEZ, B. F. **Envolvimento Parental no programa ACT-Raising Safe Kids e Motivação para a Mudança.** 61 páginas, 2017.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. **Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: Uma revisão da área.** Temas em Psicologia, (2005) 13(2), 91–103.

MINAYO M.C.S. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva.** In: Sousa ER, organizadores. Curso impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP; 2007. p. 24-35.

MOTTI A. J. A; SANTOS J. V. **REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: LIMITES E POSSIBILIDADE.** (2014)

PIETRO P. P; JAEGER F. P. **Agressividade na infância: análise psicanalítica** 2008.

NJAINE, K. ASSIS, S. G. GOMES, R. MINAYO, M.C. S. **Redes de prevenção à violência: da utopia à ação** (2006).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) - Disponível em: <https://www.paho.org/bra/> Acesso em: 22 de Abril de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Informe mundial sobre la violencia y salud. Ginebra (SWZ): OMS; 2002.**

ORMEÑO, G. I. R. **Intervenção com crianças pré-escolares agressivas: Suporte à família e à escola em ambiente natural.** (2004).

PAVARINO M. G; DEL PRETTE A. DEL PRETTE Z. A. P. **O desenvolvimento da empatia como prevenção da agressividade na infância.** (2005).

PEDROSA, M. I. **A imitação como um processo de construção de significados compartilhados.** Temas psicol., Ribeirão Preto, v.2, n.2, p. 111-121, ago. 1994.

PRIOTTO, E. P. **Violência Escolar: Políticas Públicas e Práticas Educativas** (2008).

PROJETO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA. **Diretrizes para projetos de prevenção à violência entre jovens** (2010)

ROYER, E. (2003). **Condutas agressivas na escola: pesquisas, práticas exemplares e formação de professores.** Em UNESCO (Org.), *Desafios e Alternativas: violência nas escolas*, Brasília: UNESCO.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho acadêmico científico**. 23. Ed. ver. Atual. São Paulo: Cortez, 2007.

THE INCREDIBLE YEARS - Disponível em: <http://www.incredibleyears.com/> - Acesso em 23 de agosto de 2019.

THE TALIS 2013 CONCEPTUAL FRAMEWORK - Disponível em: https://www.oecd.org/education/school/TALIS%20Conceptual%20Framework_FINAL.pdf. Acesso em 22 de abril de 2019.

TORQUATO J. A.; PAES, J.B; BENTO, M. C. C; SAIKAI, G.M.P.N; SOUTO; J. ; LIMA, E. de A. M. et al. **Prevalência de atraso do desenvolvimento neuropsicomotor em pré-escolares**. Rev Bras Cresc e Desenv Hum. 2011; 21(2): 259-268. 7.

TRICOLI, V. A C. **O papel do professor no manejo do stress do aluno**. Em M. E. N. Lipp (Org.), *O stress do professor* (pp. 90-106). Campinas: Papirus. (2002).

WILLIAMS L. C. A; PADOVANI R.C; ARAÚJO E. A. C; PEREIRA A. C. S; ORMEÑO G. R; EISENSTEIN E. **Cartilha Escola que Protege: Fortalecendo a Rede de Proteção à Criança**. P. 80 e 95. 2009.